

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Política Social e Serviço Social

### Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

## NEOCONSERVADORISMO, FAMILISMO E SEUS REFLEXOS NO PROJETO ACOLHA A VIDA

CLAUDIO HORST<sup>1</sup>  
DEBORA FERRAZ GOMES<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo é analisar o projeto 'Acolha a Vida' do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, que trata sobre a prevenção ao suicídio e o cuidado em saúde mental. Os resultados revelam o familismo da extrema direita ao atrelarem o tratamento de saúde mental e a prevenção ao suicídio como função natural das famílias junto ao desfinanciamento e desmonte da política de saúde mental.

**Palavras-chave:** Familismo; Projeto Acolha a Vida; Neoconservadorismo.

### ABSTRACT

The objective is to analyze the 'Acolha a Vida' project of the Ministry of Women, Family and Human Rights of the Bolsonaro government, which deals with suicide prevention and mental health care. The results reveal the familism of the extreme right by linking mental health treatment and suicide prevention as a natural function of families to the defunding and dismantling of mental health policy.

**Keywords:** Familism; Welcome to Life Project; Neoconservatism.

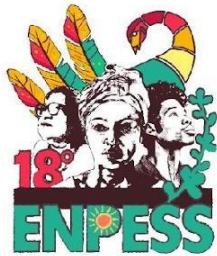
## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para a análise crítica do projeto Acolha a Vida do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro (MMFDH), que tratava sobre a prevenção ao suicídio e o cuidado em saúde mental. O ponto de partida está

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto

<sup>2</sup> Ministério Público - Manhuaçu - MG - Brasil



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

atrelado à conjuntura contemporânea diante do avanço da extrema-direita na cena política, social, econômica e da suposta defesa da família.

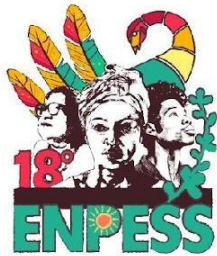
No contexto de crise estrutural do capital, os grupos neoconservadores encontraram pela via da extrema-direita a alavanca para a ascensão da ideologia da família. A disputa de projetos societários pela via do neoconservadorismo contém princípios que objetivam resgatar os supostos valores tradicionais da família brasileira, onde a chamamento da família nuclear, patriarcal e heteronormativa é fundamental como pressuposto para colocar a sociedade “em ordem”. Com destaque para o reforço do machismo, LGBT+fobia, a valorização dos ditos bons costumes, da religião e da não intervenção do Estado na garantia da proteção social pública, gratuita, estatal e universal.

No presente artigo compreendemos por neoconservadorismo a unidade entre o neoliberalismo e conservadorismo moral, que se unificam a partir de interesses distintos para potencializar a precarização da vida, reproduzida pela barbárie. E no que tange ao projeto *Acolha a Vida*, como expressão do familismo neoconservador, trata-se de preparar os sujeitos para enfrentar com resiliência os adoecimentos psicossociais. Assim, “prepara” os sujeitos para enfrentarem o adoecimento psicossocial a partir de seus próprios esforços, definindo os comportamentos que as famílias devem ter para a superação e prevenção do suicídio e da automutilação. Sem a ampliação da oferta de serviços por parte do Estado. Constituindo a unidade estratégica da extrema direita para destruir direitos, políticas sociais e ampliar a defesa da família, como responsáveis pelo cuidado com os indivíduos (familismo) a partir da pauta moral.

Nessa direção, a extrema-direita compreende as manifestações da “questão social” que atravessam a vida dos sujeitos como derivadas das famílias ou do sujeito singular “privado”, por isso, são culpabilizadas pela condição de vida que enfrentam. Negam a determinação social do processo saúde-doença. Conforme demonstraremos ao longo do trabalho, os pressupostos indicados pelo projeto localiza a “origem” dos problemas de saúde mental e dos suicídios nas famílias, conforme sinalizaram na cartilha analisada:

De modo geral, a automutilação e o suicídio estão associados a uma dor profunda relacionada ao ambiente familiar e afetivo, a Secretaria Nacional da Família entende ser esse momento de crise, um tempo propício para disponibilização de ações efetivas que auxiliem as famílias brasileiras no fortalecimento dos vínculos familiares e na construção de uma sociedade que reconheça a importância da família como o primeiro lugar onde realmente se desenvolva a saúde emocional.

Não temos dúvidas que o ambiente familiar pode causar adoecimentos, profundas dores e processos subjetivos negativos para a experiência humana. No entanto, pesquisas historicamente



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

vêm demonstrando a relação direta – e por vezes indireta – entre viver em uma sociabilidade altamente competitiva, individualista, mercadológica, egoísta, com ausência de proteção social, ausência de apoio estatal nos serviços públicos que resultam em diversas formas de “negligência”, violências, adoecimentos. Portanto, trata-se de uma relação que precisa compreender a dinâmica da sociabilidade atual, o esgotamento mental, psicológico que parte da população vem vivenciando, bem como ausência de políticas públicas na vida das famílias e seus impactos nos indivíduos, que levam a situações de suicídios. E não localizar – *apenas* – a origem dos problemas em torno do suicídio nos pais, mães e demais familiares, próprio da dinâmica familista.

Na sociedade burguesa, as políticas públicas são formuladas a partir da família, pois, subentende-se que esta é suficientemente capaz de solucionar seus “problemas sociais”. No Governo Bolsonaro não foi diferente, a família assentou-se com um projeto político, já que em sua posse o ex-presidente proclamou: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”. Dessa forma, recorrem ao moralismo cristão, patriarcal, ao ultraliberalismo e ao neoconservadorismo para legitimar o discurso intocável e inquestionável que consideram sobre a família.

É a partir dessa conjuntura que analisaremos as implicações sociais da campanha “Acolha a Vida” feita pela SNF, a fim de desvelar sua dimensão ídeo-política e suas tendências familistas. O projeto está situado na Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), que foi fortemente atacada no (des) governo Bolsonaro, que retornou com a ideia manicomial de internação compulsória, com viés higienista e punitivista. O retrocesso implicou no desmonte dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e várias outras instituições públicas, além de apontar para o isolamento do indivíduo nos hospitais psiquiátricos e nas comunidades terapêuticas como “solução” para as expressões da “questão social”, que alimentam o familismo.

O presente artigo apresenta parte dos dados da pesquisa de caráter qualitativa e documental, onde foram analisados os documentos sobre o Projeto “Acolha a Vida” que estavam disponíveis no site do MMFDH. A ênfase escolhida foram os dados sobre a cartilha *Acolha a Vida: porque a vida vale a pena! Orientações para Famílias sobre Automutilação e Suicídio*.

## **2. Desvendando a direção a partir da cartilha “Acolha a vida, porque a vida vale a pena!”.**

O Projeto “Acolha a Vida”, que constituiu parte da “Campanha Acolha a Vida” da Secretaria Nacional da Família, vinculado ao MMFDH, tinha como finalidade realizar ações de conscientização e de disseminação de informações às famílias. E como objetivos específicos: a) abrir um espaço de Promoção da Saúde Mental, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares; b) buscar prevenir o sofrimento emocional e a violência autoprovocada; c) desenvolver habilidades individuais e coletivas.

A cartilha inicia apresentando os dados da Organização Mundial da Saúde sobre o suicídio e os comportamentos autolesivos que estão atrelados aos fatores de risco. A cartilha define que “tanto a autolesão, assim como o suicídio podem estar associados a uma profunda dor que pode estar relacionada a perdas vivenciadas junto ao ambiente familiar ou decorrente de outras relações afetivas” (Brasil, 2020a, p. 5).

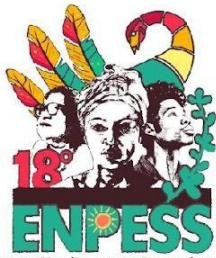
Com a pauta “em defesa da vida”, o intuito da cartilha é “auxiliar” as famílias a identificarem o sofrimento emocional de seus membros, e de que maneira fornecer suporte. Para tanto, a cartilha está dividida entre 5 módulos, sendo eles: 1) Acolha a Vida, porque a vida sempre vale a pena!; 2) Você sabia?; 3) Recados às Famílias, Frases de Alerta, Sinais que Demandam Atenção, Como Iniciar uma Conversa, O que não dizer ou Fazer; 4) Fatores de proteção no ambiente familiar, Fatores e Situações de Risco; 5) Rede de Apoio.

A cartilha se baseia no princípio do Efeito Werther<sup>2</sup>, termo da psicanálise criado em 1974 pelo sociólogo David Philips, que define o suicídio como um fenômeno contagioso, no sentido de despertar a iniciativa em outras pessoas. Esse termo está vinculado ao romance de Johann Wolfgang von Goethe, *Os Sofrimentos do Jovem Werther* de 1774, que narra as decepções amorosas do jovem que o levaram a cometer suicídio. A partir de então, a onda de suicídio na Europa esteve associada a esta obra, sendo até mesmo proibida em países como Itália e Dinamarca. Concomitante a isso, contextualiza-se a explosão da Primeira Revolução Industrial, que levou à exploração e precarização das condições de vida da classe trabalhadora e que podem explicar o aumento do adoecimento mental.

Considerar o Efeito Werther como fator determinante significa, além de desconsiderar que os sujeitos estão inseridos em uma sociedade capitalista sendo frutos de tal adoecimento, também reduzem os casos de suicídio a uma mera questão de “ter sido influenciado (a)”, além de culpabilizar a pessoa que cometeu tal ato e a família pela “desproteção”. Assim, associar o

---

<sup>2</sup> A culpa não é de Werther. Disponível em: [A culpa não é de Werther – Revista Arco \(ufsm.br\)](http://www.arco.ufsm.br). Acesso em 28 de out. de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

adoecimento psicossocial à obra do século XVIII, representa um modo de justificar e banalizar o fenômeno social, uma vez que se evita divulgar as causas de morte relacionadas ao suicídio por acreditar que pode despertar um “gatilho” em outras pessoas.

Isso contribui para que o suicídio seja considerado um grande tabu na sociedade, e que advém de um processo individual e familiar, e não sócio-histórico. Conforme compreendemos essa iniciativa abria espaço para a responsabilização da família no que tange o adoecimento mental de sujeitos, e assim o fez, desconsiderando todas as violações, limites, e desproteções geradas pela sociabilidade. Nesse sentido, é necessário lembrar que:

A forma como denominamos a experiência do sofrimento e/ou adoecimento psíquico corrobora com a propagação do preconceito que atravessa as/os usuárias/os atendidas/os nos diferentes serviços de saúde mental. [...] Ao apreendermos que cada pessoa responde à realidade social de maneira distinta, sentindo dores, sofrimento, angústia, é necessário reconhecer que algumas precisam de maior suporte em saúde mental, para lidarem com a complexidade do existir e sofrer. Dessa forma, utilizamos o termo sofrimento ou adoecimento psicossocial para nos remetermos àqueles que sofrem intensamente, permitindo que a experiência-sofrimento não seja reduzida a uma desordem e/ou periculosidade. Além disso, reconhecemos que a produção do sofrimento e adoecimento é constituída pelas relações de gênero, raça e classe, inclusive as formas de abordagem e intervenção se diferenciam a partir disso (Cfess, 2022, p. 12).

Na contramão desse entendimento, o projeto pautava as expressões da “questão social” enquanto *problemas sociais* a serem solucionados pela família, uma vez que, de acordo com a cartilha e o curso da campanha, esta pode representar tanto a solução, como a causa para o adoecimento psicossocial. As ações previstas no projeto tem como base a psicologização das relações sociais, indo na contramão da realidade concreta de cada sujeito. Assim, partimos do pressuposto que a sociabilidade capitalista produz e reproduz o adoecimento psicossocial, como também reflete no preconceito e na discriminação sobre a população atendida nos serviços de saúde mental, e nas ações propostas na cartilha e no curso do projeto.

Apesar de não revelar diretamente a concepção de família na cartilha, foi possível desvelar nos fios invisíveis que esta é idealmente composta por um pai, mãe e filhos, e é sacralizada e responsável pela saúde mental de seus membros, ausentando o Estado na garantia de direitos. Como por exemplo, a “separação dos pais” é um fator que a cartilha indica como um dos determinantes do adoecimento mental, e ressalta a importância da união entre os membros. Assim, há referência para o modelo nuclear de família.

Se na Constituição Federal de 1988, a família tem “especial proteção do Estado”, tal projeto revela uma direção que vai na contramão desse direito. O que se vê na realidade concreta é a operacionalização de uma contradição, uma vez que a família é chamada para se “autoprotger” no projeto. A extrema-direita utiliza do marco legal de 1988 a favor de seus interesses, assim

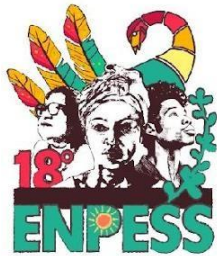
como utiliza o projeto Acolha a Vida como um vetor de desproteção social para incidir nas famílias de forma moralizante, individual e focalizante.

O módulo *Recado às Famílias* da cartilha inicia retratando a importância do ambiente familiar na prevenção da automutilação e suicídio, pois subentende-se que “é na família que devemos encontrar Amor - Aproximação - Confiança - Força – Apoio” (Brasil, 2020a, p. 11). É evidente que o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos detinha uma visão sobre a família que pairava sob o neoconservadorismo, pois pressupunha que toda família brasileira seguisse tais valores morais como forma de prevenção do adoecimento psicossocial. Essa imagem mística sobre a família revela que onde há amor e apoio não há espaço para o adoecimento, e não é o que vemos na realidade. Além disso, pautar estes aspectos como “salvação” para o adoecimento mental, é senão, desvalorizar todo o processo que os sujeitos passam e que levam ao suicídio.

A cartilha dá continuidade elencando as possíveis *Frases de Alerta* e atitudes que o sujeito no processo de adoecimento psicossocial pode realizar. São apontados *sinais que demandam atenção*, tais como: o distanciamento da família, a publicação de conteúdo negativo nas redes sociais, “atitudes perigosas”, tais como, beber descontroladamente, brigar constantemente, agressividade, impulsividade, e dirigir perigosamente, o desejo de “colocar as coisas em ordem”, ou seja, realizar um testamento dos bens, a “forma desinteressada” com que a pessoa está lidando com o desemprego, a falência, a separação dos pais ou a morte de alguém próximo, a ausência de planos, as queixas sobre angústia ou falta de sentido na vida, as despedidas, no sentido de distribuir bens pessoais, e por fim, qualquer doença psiquiátrica não tratada, como quadros psicóticos, transtornos alimentares e os transtornos afetivos de humor (Brasil, 2020a).

A psicologização das relações sociais é demonstrada em tais “frases de alerta”, pois reflete um teor moralizante que atua no comportamento individual de cada sujeito, além de evidenciar que o Estado atua diretamente em seu ajuste na sociedade, devendo ser um “cidadão de bem” e adestrado enquanto força de trabalho. Como por exemplo, o “distanciamento da família” leva a entender que independente da condição do sujeito, a convivência familiar é quase que obrigatória, sendo que pode ser justificada por se tratar de ambientes tóxicos, que contribuem para o adoecimento mental.

Ademais, *a forma desinteressada com que a pessoa está lidando com o desemprego* também revela que a culpa recai sobre como o sujeito lida com o modo devastador das mazelas do capitalismo. O quadro de desemprego é parte do projeto societário capitalista como forma de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

conter as diversas crises que enfrenta, como Marx (1989, p. 731) determina, “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”. Assim, frente às inovações tecnológicas, a capacitação profissional torna-se um requisito quase que inalcançável para a classe trabalhadora, que já vivencia toda a exploração deste sistema.

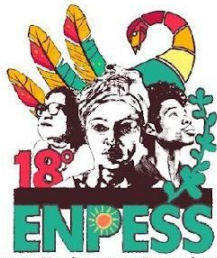
De acordo com Netto (2011a), a resolução dos “problemas sociais” na perspectiva conservadora devem começar a partir da vida privada individual, como na busca por emprego, no controle financeiro, na presença de planos para o futuro, no encontro do sentido da vida, entre outros. Enquanto que, é no âmbito estatal com política pública de qualidade que a população deve encontrar os meios para superar as condições precárias de vida.

Segundo esse viés, a família deve estar atenta e ser responsável pelos membros que demonstrarem estes sinais, uma vez que podem apresentar uma propensão ao adoecimento. É necessário chamar atenção para o fato de que a extrema-direita elencou tais comportamentos considerados instáveis a fim de criminalizar tanto as pessoas, quanto as famílias. Logo, são tratadas enquanto algo que requer um ajuste na sociedade. Assim, há um julgamento moral das expressões da “questão social” vivenciadas por esses indivíduos.

O familismo, como um mecanismo de dominação ideológica, se reproduz como estratégia para responsabilizar os indivíduos e suas famílias pelo caos instalado pela sociabilidade burguesa. As determinações do neoconservadorismo contribuem para o mascaramento dos determinantes e fundamentos do sistema do capital e suas crises; deslocam as questões, que somente coletivamente poderão ser resolvidas, para o âmbito ‘particular’; e centralizam as famílias como naturalmente responsáveis pelos seus membros e, no interior destas, constroem o apassivamento dos sujeitos, a produção de consensos, já que se trata de um problema da “minha família” e não da sociabilidade burguesa (Horst; Miotto, 2021, p. 37).

Para além disso, Barroco (2015) ainda destaca que a moralização das expressões da “questão social” também se refere à sua punição, como por exemplo, das “atitudes perigosas” citada acima, considerando que esses comportamentos e valores são definidos em uma base neoconservadora, intolerante, preconceituosa e fundamentalista. É dessa forma que a chamada pública do projeto em favor da promoção de saúde mental se contradiz, pois responsabiliza o sujeito por suas ações e conseqüentemente, por seu adoecimento. Sabemos que no processo histórico de discriminação contra a população usuária de saúde mental o termo ‘atitudes perigosas’, associa-se ao racismo e ao eugenismo.

O papel da família no projeto é apontado nos *Fatores de Proteção no Ambiente Familiar* que a cartilha apresenta como: Ambiente de respeito mútuo; Vínculos fortalecidos; Comunicação não



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

violenta; Ambiente participativo; Momentos de partilha e escuta; Uso moderado das tecnologias; Acolhimento e apoio familiar. Certamente, não temos dúvidas que em ambientes acolhedores essas possibilidades de prevenção existem e são importantes, todavia, nossa crítica é a aposta *apenas* na família e sua idealização.

Indubitavelmente a acolhida e apoio de pessoas próximas no processo de superação do adoecimento mental são essenciais, contudo, tais orientações demonstram algumas marcas históricas que recaem no familismo e na desproteção social estatal. Um exemplo disso, são as especificações de cada tópico dos *fatores de proteção*. O tópico “Vínculos fortalecidos” diz que “Quando o indivíduo está em sofrimento psicoemocional ou por uma situação problema qualquer, é importante que todos da família se empenhem em ajudar. Isso faz com que os vínculos familiares sejam fortalecidos, e mostra ao sujeito em sofrimento que a família lhe oferece um lugar de segurança e que lhe sirva de abrigo, refúgio e apoio” (Brasil, 2020a, p. 17).

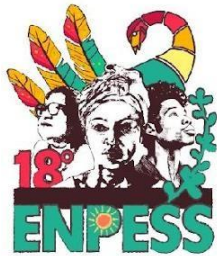
Como parte do projeto neoconservador, a ideia naturalizada de que somente a família exerce proteção e apoio é reforçada para delegar aos familiares a exigência do cuidado. No entanto, o espaço familiar também pode ser local de violência, preconceito e opressão.

Vale destacar a ideia pela busca do fortalecimento de vínculos, estabelecidos pelas políticas [...], que, sem a sua criticidade, nos leva ao pensamento de que o vínculo afetivo, emocional e familiar pode resolver os problemas dos sujeitos. Ou seja: a ideia conservadora de que o fortalecimento de vínculos leva à resolução das expressões da “questão social” vivenciadas pelo sujeito e/ou família, isentando a política social de responder por tais questões (Horst, 2023, p. 15).

Congruente a essa lógica, o entendimento de que o ambiente familiar enquanto locus exclusivamente afetivo e protetivo é um mecanismo de retirar a responsabilidade estatal na garantia dos direitos fundamentais. Tal discurso evidencia o neoconservadorismo presente nos serviços sociais diversos, pois subentende-se que toda família é capaz de oferecer qualidade na saúde mental de seus membros. Além disso, se preza pelo fortalecimento de vínculos como solução suficiente para a resolução da precariedade socioeconômica familiar, ou as condições de habitação e acesso ao trabalho, ou para o enfrentamento das violências intrafamiliares, e principalmente, como solução para o enfrentamento do adoecimento psicossocial.

Tais pressupostos desconsideram que a família é uma instituição contraditória. Segundo o levantamento do Disque 100, o percentual de denúncias de violações contra crianças e adolescentes cresceu 24%, comparando o primeiro semestre de 2023 em relação ao mesmo período de 2022. As denúncias abrangem violência física, psicológica, sexual, patrimonial e





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

trabalho infantil, sendo que 3% a 5% são contra crianças com algum tipo de deficiência e 57% contra crianças com deficiência intelectual<sup>3</sup>.

Além disso, essa realidade se agrava considerando que, segundo a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o Brasil registra 673 casos por dia de violência contra crianças de até 6 anos, sendo que em 84% dos casos tem como suspeitos pais, padrastos, madrastas ou avós. O estudo também demonstra que crianças até 13 anos são as maiores vítimas de estupro, cerca de 61,3%, e que meninos são a maioria por morte violenta, cerca de 59%, e crianças negras de ambos os gêneros, 66%<sup>4</sup>. Ou seja, a realidade demonstra que majoritariamente é na família que as violências contra crianças e adolescentes mais ocorrem, contribuindo para escancarar o equívoco de compreender a família apenas como um espaço de amor, cuidado e proteção.

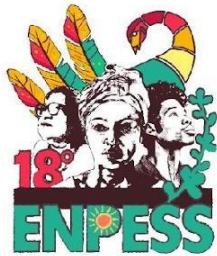
O tópico “Momentos de partilha e escuta: Dedicar tempo para estar com a família, desligar a TV, o celular e outros meios que nos tirem do “presente” e reunir-se para jogar, brincar ou apenas conversar são formas de se criar um ambiente familiar agradável e seguro.” reitera um direcionamento para aquelas famílias em que o tempo é considerado privilégio, tirando a classe trabalhadora de cena. A realidade concreta é que a maioria dos brasileiros passam o maior tempo do dia cumprindo uma carga horária de trabalho, que vai desde o seu deslocamento até os afazeres domésticos. Desse modo, essa perspectiva adota um olhar exíguo e que não abrange a realidade da maioria das famílias brasileiras, e principalmente das mulheres.

Pressupor que todas as famílias devem ter tempo de qualidade entre seus membros, sem considerar os atravessamentos do cotidiano e o trabalho explorado, significa condenar tais famílias à mercê da meritocracia neoliberal, onde cada um deve se “esforçar” e simplesmente “ter força de vontade” para vencer o adoecimento psicossocial. Por isso mesmo,

As políticas familistas acabam difundindo ações e formas de (des)cuidado que sobrecarregam os familiares, criando intervenções culpabilizantes, individualistas e psicologizantes de medicalização da vida, focadas muitas vezes na solidariedade entre os familiares e no cuidado doméstico. Deixam de promover intervenções profissionais pautadas no ideal da reforma psiquiátrica, como os processos reflexivos, espaços de cuidado para os familiares, orientações sobre processo de saúde e doença dentro do contexto do usuário e da família e a qualidade de vida do usuário em sofrimento psíquico e de seus familiares (Chiabotto, Nunes, Aguiar, 2022, p. 89).

<sup>3</sup> Denúncias de violência contra crianças e adolescentes sobem 24% no Brasil. Disponível em: [Denúncias de violência contra crianças e adolescentes sobem 24% no Brasil | Política | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/10/denuncias-de-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-sobem-24-no-brasil.html). Acesso em 10 de dez. de 2023.

<sup>4</sup> Parente próximo comete 8 em cada 10 casos de violência contra crianças de até 6 anos no Brasil, diz pesquisa. Disponível em: [Violência: parente próximo comete 8 em cada 10 agressões contra crianças de até 6 anos no Brasil, diz pesquisa - BBC News Brasil](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-673123). Acesso em 10 de dez. de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No tópico “Ambiente participativo: Na família todos podem ter vez e participar das decisões, inclusive os mais novos ou os mais idosos. Isso possibilita o processo de “sentir-se pertencente àquele grupo”. Este tópico destaca que no espaço familiar todos os sujeitos têm voz ativa no planejamento e tomadas de decisão. Contudo, urge um questionamento: essa orientação abre espaço para crianças e adolescentes LGBTQIAP+, ou pessoas idosas no processo de adoecimento psicossocial, ou pessoas com deficiência, que sofrem diariamente pela violência física, doméstica, emocional, e verbal? Ou mulheres, que vivenciam o machismo nas relações familiares? A obrigação de sentir-se pertencente e acolhido em determinado grupo familiar que defende tais valores morais, se torna uma luta diária.

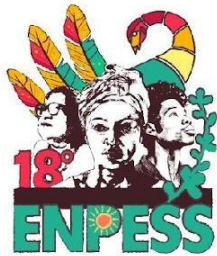
Outrossim, no tópico ‘Uso moderado das tecnologias’: “Caso alguém em sua família apresente algum comportamento que mostre um uso abusivo e perigoso de tecnologias [...], esteja atento e observe sua reação ao propor uma parada para os momentos de família. Se a pessoa fica muito inquieta, não consegue ver a hora de tudo acabar para ligar o celular, não consegue interagir, dizendo que tem algo que precisa resolver em seu celular, fique atento”, também faz jus à moralização do comportamento individual, onde as ações devem incidir sobre a conduta de cada um.

A ex-ministra Damares Alves, em sua fala na Assembleia Legislativa de Goiás em 2019, ressaltou que a “nação cristã” deve lutar “a favor da vida”, e que “somos papais e mães antes de sermos amigos. Não tem isso de agradar filhinho, não temos que implorar amor. Temos que ter acesso ao que nossos filhos fazem nas redes sociais”, disse a ministra no lançamento nacional da Campanha de Prevenção ao Suicídio e Automutilação da Criança e do Adolescente<sup>5</sup>. Esta narrativa revela, por um lado, a utilização do cristianismo para provocar e sensibilizar à população para questões que deveriam ser debatidas no âmbito público, e por outro lado, reforça a questão da fiscalização dos pais na vida social dos filhos.

Concordamos que a regulação dos conteúdos da internet para crianças e adolescentes é importante. Principalmente em relação à dinâmica de legislações que limitam o acesso a informações, assuntos e temas que certas idades ainda não possuem preparo para serem elaborados e compreendidos pelas mesmas. Por isso, é importante o controle da família pela via da proteção das crianças e adolescentes, como por exemplo, contra o incentivo à automutilação e ao suicídio.

---

<sup>5</sup> “Conheci o inferno do inferno”, diz Damares sobre suicídio de jovens, em visita a Goiânia. Disponível em: ["Conheci o inferno do inferno". diz Damares sobre suicídio de jovens, em visita a Goiânia](#). Acesso em 20 de nov. de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Partindo do pressuposto de que “em relação à saúde mental, a família permanece como protagonista na promoção de fatores de proteção e redução dos fatores de risco às condições psicológicas de seus membros, crianças ou adultos” (Brasil, 2020b, p. 8), o projeto salienta orientações técnicas que vão desde frases que não devem ser ditas às pessoas em adoecimento psicossocial, até determinações que levam ao suicídio. Tais elementos reforçam o familismo, uma vez que pretende potencializar a capacidade protetiva da família, orientando como e o que fazer.

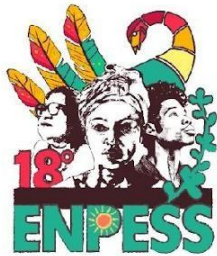
O módulo “Fatores de Situações de Risco” demonstra uma associação ao pensamento liberal dos conceitos de *risco e vulnerabilidade social*, e ainda define: os “fatores de riscos que podem desencadear um comportamento suicida, que variam de acordo com o modo de vida de cada indivíduo e com os traços hereditários ou congênitos” (Brasil, 2020a, p. 19). A centralidade da perspectiva de *vulnerabilidade*<sup>6</sup> e *risco social* reforça que a família deve ter capacidade protetiva para resistir e enfrentar as expressões da “questão social” que vivenciam, assim, devem ter resiliência e persistência para superar o desemprego, a fome, o adoecimento psicossocial, o transporte precário, entre outros.

Nessa direção, ao pensarmos o adoecimento mental/suicídio e a relação com a saúde, tais orientações revelam uma prática que contempla a transferência “da esfera das *necessidades básicas* para o terreno do *fortalecimento de capacidades*” (Silveira, 2016, p. 202). O que revela a face do familismo quando a cartilha sinaliza as determinações que levam ao suicídio e ao adoecimento mental: Separação de pessoas queridas, Perda de familiar querido, Bullying, Auto Cobrança, Desemprego e/ou dificuldades financeiras, Uso de drogas, A presença de transtorno mental.

É importante chamar atenção para o tópico desemprego, o qual sinaliza que “Por vezes, as dificuldades com as finanças podem gerar problemas nas relações familiares. O encaminhamento para rede psicossocial ou entidades que promovem o empreendedorismo pode ser opção que ajudará a pessoa desempregada a superar esse momento” (Brasil, 2020a, p. 19).

O que desponta aqui é uma espécie de pedagogia empresarial para pautar as próprias formas de organização, os projetos e as atitudes das famílias e indivíduos das classes subalternas vitimados pela pauperização. Para além de levar à infiltração da racionalidade capitalista nos poros mais sutis do cotidiano e da reprodução familiar e pessoal dos dominados, essas ideologias tendem a responsabilizá-los pelas condições de vida que experimentam. *Daí seu caráter individualizante*. A noção de “ativos” e o “enfoque nas capacidades” joga um peso substantivo sobre as dimensões comportamentais, psicossociais e educacionais, tanto para a determinação das causalidades da pobreza,

<sup>6</sup> Para a crítica ao conceito de Vulnerabilidade social conferir: ARREGUI, Carola Carbajal; SANTOS, Aila Fernanda dos; FERREIRA, Camila Caroline de Oliveira; JUNIOR, Ubiratan de Souza Dias. Vulnerabilidade Social: fundamentos teórico-metodológicos e implicações no campo da proteção social. In: **Vulnerabilidades Sociais - Direitos Negados**. Curitiba: CRV, 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

quanto para a superação desta, mitigando os condicionamentos de classe e os fundamentos histórico-estruturais das desigualdades. *Daí seu teor despolitizante e psicologizante.* Ao mesmo tempo, fustiga as metodologias de trabalho com esse enfoque para investir em mudanças que privilegiam aspectos comportamentais, psicossociais ou educacionais, vistas como a saída estratégica para a situação de pauperização (Silveira, 2016, p. 203).

No contexto de crise latente do capital, o enfoque e incentivo ao empreendedorismo revelam a tendência da articulação entre neoliberalismo e conservadorismo moral. O projeto se ancora nesses vetores como forma de alcance econômico para superar as condições do adoecimento psicossocial, e até mesmo, a pobreza. Entende-se que tal discurso anula as expressões da “questão social” que atravessa a vida dos sujeitos, como também desvalida o sofrimento emocional.

Barroco (2011, p. 209), sinaliza que tal ideologia empresarial-individualista compreende que “os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do ethos burguês, como o consumismo e a competição, se apoiam, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da felicidade, de liberdade, de realização pessoal”. Assim, contribui para reduzir a desigualdade social à mera questão de esforço individual pela via do empreendedorismo, o que de acordo com o projeto enfrenta o adoecimento mental, num país que realizou uma reforma trabalhista.

### 3. CONCLUSÃO

Como observamos no conjunto de dados dispostos, o debate do familismo está atrelado à responsabilização do indivíduo pelas mazelas do capitalismo, e como isso afeta suas condições objetivas de reprodução social da vida, seja pelo não acesso aos bens socialmente produzidos, seja por condições precárias de moradia, trabalho, saúde e educação. Analisamos e compreendemos a partir das determinações sócio-históricas como esse processo está intrinsecamente atrelado ao Estado e sobre o avanço do neoconservadorismo.

Após a análise sobre o projeto, nossos dados demonstraram que: enquanto *Identificação da Concepção de Família*, temos a defesa da família nuclear, mais especificamente, direcionando os deveres para os pais (mães e pais) com os filhos. Enquanto *Identificação da Concepção de Saúde Mental*, apesar de não deixar claro a caracterização sobre o conceito de saúde mental, percebemos que esteve ligada ao fortalecimento dos vínculos familiares. Ou seja, desconsideram que a família também é uma complexo que pode estabelecer relações violentas e adoecedoras,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

alimentando uma idealização da família. Enquanto *Identificação do Papel da Família no projeto*, constatamos a focalização para o cuidado e capacidade protetiva da família de prevenção, retirando a responsabilidade estatal.

Já como *identificação da política de saúde/saúde mental ou da participação do estado no projeto*, vê-se a articulação intersetorial com a rede pública de saúde e de serviços assistenciais, mas sem identificação de financiamento. Como *Determinações que levam ao suicídio e ao adoecimento mental*, foi possível perceber o teor moralizante acerca das causas do adoecimento mental defendidas pelo projeto. Como *Identificação das Expressões do Familismo: a) origem dos problemas que se apresentam e levam ao adoecimento mental/suicídio e a relação com a saúde e b) se constam estratégias de proteção social para as famílias ou só alteração no comportamento/relações*, percebemos que não abrange as expressões da “questão social” que levam ao adoecimento e que as estratégias de proteção foram concretamente desfinanciadas e desmontadas.

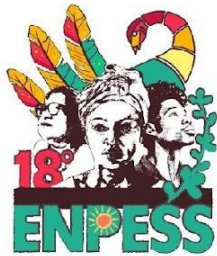
Por fim, o que observamos é que o projeto *Acolha a Vida* reproduz a lógica neoconservadora da extrema-direita, sem referenciar as determinações estruturais que impactam a vida dos sujeitos e que levam ao adoecimento psicossocial. Trata-se, portanto, da centralidade da família como lugar de cuidado da saúde mental e de enfrentamento ao suicídio. Por isso, a necessidade de lutarmos para a construção de uma sociedade que vai na contramão da lógica capitalista, na criação de estratégias que sejam desfamiliarizantes, ou seja, na luta para que sejam construídos, financiados, programas e serviços pela via estatal, universal, pública, e que possam atender de fato as demandas da classe trabalhadora.

#### 4. REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Serviço Social & Sociedade, (106), 205–218, 2011.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Cartilha Acolha a Vida - Porque a Vida Vale a Pena! Orientações para famílias sobre automutilação e suicídio**. 1ª edição. Brasília, 2020a. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/acolha-a-vida/cartilha\\_orientacao-familias-v0809.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/acolha-a-vida/cartilha_orientacao-familias-v0809.pdf). Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **O papel da família na promoção da saúde mental**. Observatório Nacional da Família: Coleção Família e Desenvolvimento Humano, Brasília, v. , p. 1-28, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/producoessnf/diagramacaoSNFfamiliaesaudementaldigital2.pdf>. Acesso em 20 de jun de 2023



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

CHIABOTTO, Cristian Cruz; NUNES, Igor Sastro; AGUIAR, Karla Susane Prado. **Contrarreforma psiquiátrica e seus reflexos no cuidado ao usuário e à família.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 20, n. 49, 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Série assistente social no combate ao preconceito - discriminação contra a população usuária de saúde mental – Caderno 08.** Brasília, 2022.

HORST, Claudio Henrique Miranda. **O trabalho de assistentes sociais com famílias mediado pelo Projeto Ético-Político.** Serviço Social & Sociedade, v. 146 (2), 2023.

HORST, Claudio ; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Crise, neoconservadorismo e ideologia da família. In: PAIVA, Beatriz Augusto de; SAMPAIO, Simone Sobral (org.). **Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos.** Florianópolis: Editora UFSC, 2021. p. 162-177. (Volume IV).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. 1 e 2.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

SILVEIRA, Adilson Aquino Júnior. **A Assistência Social e as Ideologias do Social-liberalismo: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do suas.** Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.